



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 20/2018

----- Ata da reunião ordinária realizada aos dezassete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Aos dezassete dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Francisco José Botão de Elvas. -----

----- Sendo cerca das dezasseis horas, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

1. **Aprovação da ata nº 19/2018.**
2. **Intervenção do público.**
3. **Período Antes da Ordem do Dia.**
4. **Ordem do Dia.**
 - 4.1. **Deliberação sobre a cedência e localização de gabinetes para os Vereadores, no edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Manteigas.**
 - 4.2. **Deliberação sobre o aumento do subsídio anual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas.**
 - 4.3. **Deliberação sobre a informação nº 2923/Proc. 2018/850.10.002/151, de 27-09-2018, referente à concessão de apoios financeiros no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Pessoas Coletivas e/ou Singulares com Atuação Recreativa, Cultural, Desportiva, Social ou de outra Natureza – audiência prévia.**
 - 4.4. **Apreciação da ata nº 1/2018, lavrada no âmbito do projeto “Bolsa de Ideias”.**
 - 4.5. **Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas de utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Manteigas formulado pela AFACIDASE.**
 - 4.6. **Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas de utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Manteigas formulado pelo Grupo Desportivo de Sameiro.**
 - 4.7. **Deliberação sobre a aprovação do projeto de arquitetura, conforme proposto na informação nº 4874/Proc. 11/2018, datada de 10-10-2018.**



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Aprovação da ata n.º 19/2018. -----

----- O Senhor Presidente deu conhecimento que tinha sido recebida uma proposta de alteração à ata n.º 19/2018, do Senhor Vereador Francisco Elvas, onde solicitava que fosse reproduzido em ata um *e-mail* que remeteu à Câmara, aquando da reunião do dia 08 de outubro de 2018. Explicou que foi entregue cópia do referido *e-mail* aos Senhores Vereadores, contudo o mesmo não foi lido nessa reunião, dado que o Senhor Vereador Francisco Elvas não estava presente. O Senhor Presidente disse ter o entendimento que, por respeito ao Senhor Vereador Francisco Elvas, deveria ser o próprio a ler esse *e-mail*, sendo que teria oportunidade de o fazer nesta reunião, no período Antes da Ordem do Dia. Explanou que, uma vez que o *e-mail* não foi lido na última reunião, o mesmo também não deveria constar da ata supracitada. -----

----- Achada conforme, a ata n.º 19/2018 foi aprovada, por maioria, com duas abstenções da Senhora Vereadora Célia Maria Ramos Morais e do Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído. -----

Intervenção do público. -----

----- Encontravam-se inscritas a Senhora Maria da Conceição Martins Sabugueiro e a Senhora Teresa de Jesus Marcelo Cunha. Por ordem de inscrição o Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Maria da Conceição Martins Sabugueiro. -----

----- A Senhora Maria da Conceição Martins Sabugueiro, no uso da palavra, recordou um assunto que já tinha abordado, numa anterior reunião da Câmara Municipal. Aludiu que, há cerca de dois meses, foi retirado o candeeiro que estava junto à sua habitação e o mesmo ainda não foi repostado. Na sua opinião, o candeeiro só deveria ter sido retirado quando as obras se iniciassem. -----

----- O Senhor Presidente explanou que, nesta data, tinha entrado em contacto com o técnico da EDP, que o informou que o candeeiro já tinha sido colocado na Rua do Triunfo, na segunda-feira passada. Perante a informação contrária, transmitida pela Senhora Maria da Conceição Sabugueiro, o Senhor Presidente, nesta reunião, ligou para o técnico da EDP e pediu-lhe que se certificasse junto do empreiteiro, se efetivamente o candeeiro tinha sido colocado no local supracitado. Mais, solicitou que ainda durante o decorrer desta reunião, fosse informado dos factos. Disse ter tido conhecimento que a Senhora Maria da Conceição Sabugueiro manifestou que não queria que o candeeiro fosse instalado numa determinada parede, porque provocava imensa claridade no seu quarto, contudo ou se quer a instalação do candeeiro ou não se quer, porque não se pode reduzir a intensidade da luz. -----

Explicou que o candeeiro foi retirado do local, porque há obras licenciadas para aquele espaço e era intenção do proprietário começar os trabalhos num determinado período. As respetivas obras



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 307 -

iniciaram, mas ainda não foram concluídas. O Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Teresa de Jesus Marcelo Cunha, que se encontrava inscrita para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- A Senhora Teresa de Jesus Marcelo Cunha, expôs que durante muitos anos houve um pequeno caixote do lixo, que estava situado na curva da estrada que dá acesso à Sotave, posteriormente foi retirado e colocado um contentor do lixo junto ao Bairro da Sotave e agora foi colocado ainda mais abaixo, junto às escadas do bairro referenciado. Explanou que na rua onde reside não existe um caixote do lixo, sendo que nesse local vivem pessoas que têm cada vez mais dificuldades de mobilidade e sempre que necessitam depositar os seus resíduos sólidos no contentor do lixo, têm que se deslocar ao Bairro da Sotave ou à Senhora dos Verdes. -----

Deu conhecimento que a correspondência que é dirigida ao Rancho Folclórico, continua a ser depositada no edifício da Casa do Povo, sendo que não possui chave desse edifício. Explanou que a direção desta entidade, ainda, não conseguiu encontrar um espaço onde possam colocar os trajes do Rancho e respetivos pertences. Declarou que por esse mesmo motivo, no ano corrente não foi ainda possível realizar o respetivo festival. Solicitou a cedência de um espaço nas antigas instalações da GNR, com a finalidade de aí serem colocados os utensílios e as fardas do Rancho, e para que a Direção possa ter um espaço onde reunir e desenvolver trabalho. -----

Referiu que tinha consigo os Estatutos do Rancho, contudo após ter consultado o serviço do Registo Civil, verificou que, no passado, nada tinha sido registado, como tal terão de ser elaborados novos Estatutos para esta entidade. Declarou que o Rancho Folclórico apenas parou a sua atividade, quando o edifício da Casa do Povo começou a cair. Aludiu que esta entidade sempre levou o nome de Manteigas para fora do concelho, e agora pretende reiniciar a atividade, contudo têm tido muitos entraves. -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, referiu que no que concerne ao contentor de resíduos sólidos ia diligenciar para que fosse colocado um contentor junto da residência da Senhora Teresa Cunha, pois concordava que havia uma grande distância desde a sua habitação até ao contentor do lixo mais próximo. Explicou que face ao volume de resíduos sólidos que são produzidos naquela zona, a Câmara optou por substituir o pequeno caixote do lixo por um contentor maior, e coloca-lo num sítio onde não causasse incômodo a ninguém, devido ao mau odor e aos insetos que atrai, sobretudo no verão. Sublinhou que o contentor que aí for colocado deve ficar fixo, ou seja, não é para se mudar constantemente de local, consoante a conveniência das pessoas. A Câmara não pode colocar contentores segundo a vontade da população, os mesmo devem ser colocados em locais de interesse coletivo. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que diz respeito a questão da correspondência dirigida ao Rancho Folclórico e que é deixada no edifício da Casa do Povo, explicou que os responsáveis pelo Rancho terão que comunicar a alteração de morada junto das diversas entidades. Recordou que, como era de conhecimento, o telhado desse edifício está a ruir e por isso a Câmara notificou essa “pseudoassociação”, que teriam de retirar os respetivos pertences. O Senhor Presidente explanou que, não basta dizer que uma associação existe, é preciso provar que a mesma está devidamente constituída, que tem os órgãos sociais devidamente eleitos, que funciona, que têm sócios. Portanto, é preciso provar que as associações existem e estão vivas, através dos Planos de Atividades e das Contas de Gerência que apresentam à Câmara, pois se assim não for a Câmara não pode reconhecer a existência dessas associações. Indicou que caso o Rancho pretenda a cedência de instalações da Câmara, deverá remeter um ofício esta última e juntar-lhe toda a documentação dessa associação, desde a data de eleição dos órgãos sociais, a tomada de posse, as Contas de Gerência, o Plano de Atividades, sendo que se tudo estiver dentro da legalidade, posteriormente, fará uma proposta à Câmara para analisar a cedência de espaço para essa entidade. -----

Explicou que ninguém está a levantar entraves à atividade do Rancho, contudo não basta haver um grupo de pessoas bem-intencionadas para formar uma associação, é preciso que a mesma seja constituída legalmente e ter uma atividade regular face aos estatutos e à lei geral. Referiu que, a Senhora Teresa Cunha pode dizer que é a Presidente dessa Associação, contudo isso não está provado, nem através das atas, nem de nenhum documento das Assembleias Gerais, nem através das Contas de Gerência, nem através do Plano de Atividades. Sublinhou o esforço feito pela Senhora Teresa Cunha, em prol dessa suposta associação, contudo essa entidade tem que funcionar dentro da legalidade, tem que cumprir aquilo que as outras associações também estão obrigadas a cumprir. Declarou que a Câmara está de braços abertos para receber todas as coletividades e para as ajudar. -----

Frisou que todo o material do Rancho, que foi retirado do edifício da Casa do Povo, está devidamente guardado, tal como os responsáveis por essa entidade têm conhecimento, pois foram notificados para o efeito, sendo que a Câmara ficou como fiel depositária. Mais acrescentou, que se a Câmara não tivesse tomado essa atitude, o material que já se estava a degradar, teria ficado totalmente destruído, porque chove dentro do antigo edifício da Casa do Povo. Indicou que caso seja feito um requerimento à Câmara para cedência de instalações, submeterá esse pedido à deliberação do Órgão Executivo, sendo que cada um votará em consciência, contudo considera que ninguém na Câmara iria avalizar uma situação que não está devidamente legalizada. -----

Período Antes da Ordem do Dia. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente entregou aos Senhores Vereadores um esboço do Plano de Atividades e Orçamento para 2019. Aludiu que as projeções para 2019 não têm um acréscimo de novos projetos, pois a aprovação das candidaturas está parada. Há alguns projetos novos, assim como a intensificação de alguns projetos que já vinham de trás, assentes num documento que foi aprovado na Câmara, no mandato anterior, e que não pode ficar na "gaveta". Trata-se do Plano Estratégico de Comunicação e do Plano Estratégico de Defesa do Património Cultural Imaterial e Paisagístico do concelho de Manteigas. Explanou que são documentos que foram elaborados no mandato anterior, foram pagos pela Câmara e foram feitos por gabinetes externos, que custaram dinheiro, sendo que têm em vista o desenvolvimento do concelho de Manteigas. Aludiu que a visão das três forças políticas, representadas no Órgão Executivo, em relação ao desenvolvimento do concelho de Manteigas, não é dispar, embora possam ter maneiras diferentes de chegar a esse objetivo e possam ter projetos complementares para a evolução e desenvolvimento do concelho. -----

Face ao exposto, disse que o Órgão Executivo em funções, tal como todos os membros do Órgão Executivo, apresentou à população um determinado programa eleitoral e como tal, tenta sempre implementar esses projetos, tal como os Senhores Vereadores também estarão à vontade de apresentarem as propostas que desejarem ver incluídas nestes documentos. Explicou que o documento apresentado nesta reunião é apenas um *draft*, foi elaborado pelo serviço de Contabilidade e discutido com as duas divisões, contudo verifica-se, ainda, um défice de cerca de setecentos mil euros (700.000,00€), ou seja, terá que se cortar ainda em algumas matérias, para se conseguir eliminar o défice que há entre a receita e a despesa prevista para 2019. Explanou que há também uma ambição muito grande por parte dos serviços, por parte dos chefes de divisão, sendo que há a necessidade de contemplar aquilo que é a visão dos quadros dirigentes, em termos de evolução dos serviços, ou seja, a guarnição dos diversos gabinetes e serviços, em termos de postos de trabalho, para que se possa dar exequibilidade aquilo que é o nosso projeto de desenvolvimento. Portanto há propostas onde terá de se cortar bastante. -----

Declarou que este documento não está fechado, estará em contínua elaboração até à próxima reunião de Câmara e está aberto a todas as propostas. Contudo, chamou à atenção que tem de se ter em conta, que para integrar algumas propostas, em termos financeiros, terá de se cortar em outras rúbricas. Como tal, solicitou que nas propostas que sejam feitas pelos Senhores Vereadores, seja referido em que matéria se deve cortar, para que haja dotação financeira para a proposta que pretendem ver incluída no Orçamento e Plano de Atividades. Acrescentou ainda, que há a necessidade de se fazer uma reunião extraordinária no próximo dia 29 de outubro, dado que a submissão à Assembleia Municipal do Plano de Atividades e Orçamento tem de ser aprovada pela Câmara até ao dia 30 de outubro. Propôs que nessa reunião sejam apresentadas



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

algumas propostas, sejam feitas as correções necessárias aos documentos em causa, sendo certo que, nesse dia, já terão a documentação com os cortes que o Executivo em funções entende que devem ser feitos, em termos de despesa, para eliminar esse défice. Entretanto caso os Senhores Vereadores necessitem de mais alguma informação ao nível técnico e contabilístico, será cedida. -----

Explanou, que no seu ponto de vista, os Planos Estratégicos supracitados são importantes, sendo que no mandato anterior também fez parte do Executivo e não se opôs aos mesmos, porque os interesses de quem tem acento no Executivo, são interesses que têm a ver com o desenvolvimento de Manteigas. Declarou que sempre teve o cuidado de não ir contra aquilo que tivesse a ver com desenvolvimento do concelho. Estes Planos Estratégicos são acima de tudo da Câmara e não podem ficar na “gaveta”, quando custaram dezenas de milhares de euros e são documentos orientadores daquilo que pode ser feito em prol do desenvolvimento do concelho. Aludiu que o plano para o qual se irá olhar com mais acuidade, é para o Plano Estratégico de Comunicação, sendo certo que o Plano de Desenvolvimento e Salvaguarda do Património Histórico, Imaterial e Cultural de Manteigas já está em curso há algum tempo. -----

No âmbito do Plano Estratégico de Comunicação há algumas ações que podem parecer inócuas, pode parecer que já existiam, que estavam misturadas com outra atividade qualquer, mas não estão. Explicou que são ações que estão integradas nas atividades que já eram da Câmara, mas agora com impacto maior. Referiu que quando se fala num Plano Estratégico de Comunicação pensa-se que a comunicação é apenas aquilo que se escreve num jornal, ou num panfleto, contudo isso é inócuo em termos de Comunicação. Em comunicação a imagem e as atividades que se desenvolvem, são muito mais importantes se tiverem notoriedade. Sendo que aquilo que se pretende, neste momento, é dar mais notoriedade às atividades que têm sido desenvolvidas pela Câmara, preencher no calendário anual algumas épocas que sejam mais vazias. Prosseguiu referindo que esta situação não é novidade, visto que nas reuniões de Câmara o Senhor Vereador José Biscaia tem vindo a falar disso. Manteigas tem uma nova realidade e é preciso perceber como se deve projetar a imagem de Manteigas e como se deve criar outra atividade. Recordou que a Câmara tem vindo a falar da necessidade de reforçar as atividades que a Câmara vai desenvolvendo, com vista à atratividade e fixação do turismo, dado que esta é a área essencial de desenvolvimento do concelho e através dela pode-se criar postos de trabalho e fixar população. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas solicitou a palavra, deu conhecimento que no próximo dia 29 de outubro não poderá estar presente nessa reunião, porque estará ausente do país durante quinze dias e só regressará a Portugal no dia 05 de novembro, pelo que propõe que a reunião extraordinária seja realizada na sexta-feira, 26 de outubro. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente explicou que a reunião extraordinária não poderá ser agendada antes do dia 29 de outubro, porque é impossível aos serviços da Câmara terem os documentos prontos antes dessa data. Inclusivamente, os projetos da Bolsa de Ideias, que serão aprovados na presente reunião, têm impacto financeiro, que é necessário calcular e têm de ser tidos em conta, no sentido de serem inseridos no Plano de Atividades e Orçamento. -----

O Senhor Presidente pediu um esclarecimento ao Senhor Vereador José Cardoso, relativamente a uma comunicação que foi remetida à Câmara, sobre duas máquinas de café que foram cedidas ao Município, sendo que como condição o Município teria de adquirir café a essa empresa. Atendendo que a Câmara não tem comprado café a essa empresa, esta última vem alegar que, ou a Câmara realiza a aquisição desse produto ou vem recolher as referidas máquinas. Indicou que, face ao teor desta comunicação, solicitou o respetivo contrato, tendo-lhe sido dito que este assunto tinha sido tratado pelo Senhor Vereador José Cardoso. Explicou que apenas pretendia averiguar a situação. Uma das máquinas encontra-se no CIVGLAZ, pois segundo o que teve conhecimento, nesse local é servido café ao visitante sem lhe ser cobrado qualquer valor. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, esclareceu que este assunto não foi tratado por si. No que concerne ao café que é servido no CIVGLAZ de forma gratuita, mencionou que a ideia era este espaço ser uma sala de boas-vindas ao turista que vem a Manteigas e este ser bem-recebido. -----

----- O Senhor Presidente indicou que se esse era o objetivo, então seria preferível não se cobrar a entrada ao visitante. Recordou que já por diversas vezes tinha sido frisado, inclusivamente por si próprio, que os investimentos têm de ser rentáveis. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento de uma notícia publicada no *Público*, onde é referido que entre os diversos distritos do país, há dois distritos, onde existe dois Municípios sem Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios em vigor. E aponta o concelho da Amadora e o concelho de Manteigas. Esclareceu que o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios do concelho de Manteigas está em vigor e já foi contestado junto do ICNF, para que os dados que constam no seu site sejam alterados. Explicou que o Plano supracitado devia estar em vigor até ao dia 18 de setembro do corrente ano, contudo a lei permite, que por decisão da Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, o prazo seja alargado. Face ao exposto, na última reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios foi verificada a necessidade de o Plano ser revisto e foi de comum acordo dos presentes, que o mesmo se mantivesse em vigor até ao final do corrente ano, porque a lei assim o permite, e inclusivamente estavam para sair novas orientações do Governo relativamente a essa matéria.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Explanou que quem publicou essa notícia foi beber informação ao ICNF, que certamente não tinha atualizado a informação sobre a prorrogação do prazo. Deu nota que já solicitou ao técnico dos Serviços Florestais que fizesse uma informação sobre o assunto em apreço, que depois fará chegar aos Senhores Vereadores. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas solicitou a palavra para ler o texto do e-mail que remeteu à Câmara, aquando da alteração da reunião ordinária para o dia 08 de outubro e que em seguida se transcreve:

“Ex. mo Sr. Presidente

No seguimento do despacho de alteração da data da reunião ordinária prevista para 3/10/2018, alterada para 8/10/2018, venho por este meio reconfirmar a informação que veiculei via telefónica de que não me será possível estar presente na data de 8/10/2018, por absoluta incompatibilidade com a minha agenda profissional.

Serve, assim, o presente mail para justificar a minha falta.

Quero deixar as seguintes notas:

1 - Esta alteração de agendamento, deveria ter sido discutida na reunião ordinária de 19/9/2018, aquando do pedido de esclarecimento do Sr. Vereador José Manuel Cardoso, sobre a visita à Sardenha.

2 - Manifestar-lhe a estranheza de ter tido a iniciativa de alterar a data da reunião ordinária, quando o impedimento é apenas do Sr. Presidente, havendo consequentemente quórum, com quatro Vereadores deste executivo, para a data prevista do regimento: 3/10/2018.

3 - Anotar que com esta metodologia de actuação nas alterações de data quando o Sr. Presidente não tem agenda, irá acontecer o Sr. Presidente chegar ao fim do mandato com 100% de presenças nas reuniões camarárias e os Srs. Vereadores irão, ciclicamente e aleatoriamente faltando ainda que justificadamente.

Venho por último solicitar que este mail seja lido na reunião de 8/10/2018 e seja anexo à acta de reunião.”

----- O Senhor Presidente referiu que, como o seu nome foi citado nesse e-mail, tinha de referir que fará sempre os possíveis para estar em 100% das reuniões, e só não estará presente se tiver algum impedimento de força maior. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas respondeu, que dessa forma o Senhor Presidente nunca terá qualquer impedimento de estar presente nas reuniões de Câmara. -----

----- O Senhor Presidente explanou que há competências que são próprias do Presidente da Câmara, tais como a convocatória do Órgão Executivo para as reuniões de Câmara e qualquer ingerência só de comum acordo. Recordou que tentou esse acordo antes de agendar a referida reunião, falou com todos os Senhores Vereadores e percebeu que havia quórum para a reunião,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

como tal a mesma foi agenda para o dia 08 de outubro. Infelizmente, não foi possível o Senhor Vereador Francisco Elvas estar presente. Reiterou que há competências que são do Presidente da Câmara, no entanto não fazia o agendamento das reuniões sem primeiro falar com todos os Senhores Vereadores, tal como tinha acontecido relativamente ao agendamento da reunião extraordinária do Órgão Executivo para o dia 29 de outubro. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso alertou que é conveniente que as reuniões sejam reagendadas com o consentimento de todos os membros do Órgão Executivo. Recordou que, na altura, indicou que desde que os restantes elementos da Câmara estivessem de acordo ele também não se iria opor, sendo que só posteriormente teve conhecimento que o Senhor Vereador Francisco Elvas estava impedido de estar presente na reunião, nessa data. Mais, referiu que a ausência do Senhor Presidente é tão importante como a ausência dos outros membros, pois todos foram eleitos da mesma forma. -----

----- O Senhor Presidente, disse que na sua opinião, a disponibilidade de um Vereador em estar presente numa determinada reunião de Câmara, não pode depender da disponibilidade de outro elemento do Órgão Executivo. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas disse que não concordava totalmente com o Senhor Presidente, quando diz que a convocatória das reuniões é uma competência do Presidente da Câmara. -----

----- A Senhora Vice-Presidente, no uso da palavra, referiu que não esteve presente na reunião de Câmara do passado dia 08 de outubro, por motivo de férias, sendo que ainda assim não reclamou o agendamento da reunião para outro dia em que pudesse estar presente, considerando que isso não deve ser motivo de discórdia. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia explanou que tem de haver bom-senso. A lei confere ao Senhor Presidente o direito e o dever de marcar as reuniões, contudo se três dos membros do Executivo se opuserem a esse agendamento, a reunião não tem quórum e não se pode realizar. Portanto, para evitar este tipo de situações, nem o Presidente deve avocar que tem o poder, nem a oposição deve dizer sistematicamente que não quer, sendo nesse sentido que deve prevalecer o bom-senso. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, referiu que no que concerne ao café que é dado gratuitamente aos visitantes, a única forma de contornar essa situação seria através de uma entidade externa ao Município, visto que a Autarquia não pode vender café. Explanou que na altura, considerou que o mesmo deveria ser oferecido, pois é um gesto que não custa nada e é um investimento que dá resultados. -----

Prosseguiu, referindo que um outro assunto que pretendia abordar prende-se com a apresentação de um livro pela Associação Ferreira de Castro, em Sintra. Questionou se o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Município tem algum exemplar desse livro, visto que no mesmo é citado o apoio da Câmara. “Manteigas Vale por Natureza” é uma das quatro entidades que apoia a edição do livro, que se chama “*Natureza e Paisagem Humanizada em Ferreira de Castro*” e faz várias referências a Manteigas e à Serra da Estrela. A edição é do Centro de Estudos Ferreira de Castro, em Oliveira de Azeméis. Indicou que, relativamente ao Ribeiro da Vila, verifica-se um pagamento para fazer de cento e cinco mil euros (105.000,00€), entretanto já tinha sido feito um adiantamento. Solicitou informação sobre o ponto de situação da obra, uma vez que já existem vários autos. Interpelou sobre o prazo de execução previsto na candidatura, relativamente ao Cento de Energia Viva de Montanha. -----

No que diz respeito ao parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC), sobre a alteração orçamental, solicitou que ficasse registado em ata, que o ROC informou que aquilo que a Câmara fez é uma situação limitada e de carácter excecional, na relação entre a conta de capital e a despesa corrente e que deve ser elaborada uma nota justificativa do facto contabilístico. Aludiu que desconhecia se essa nota justificativa foi redigida, contudo a mesma não foi fornecida aos membros do Executivo, como tal solicitou que esse assunto fosse esclarecido. Por último, referiu que em relação à fuga de água, avocada na última reunião, os serviços da Câmara tinham-se deslocado ao local para sanar a situação. -----

----- O Senhor Presidente tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados, indicou não ter conhecimento da apresentação de qualquer livro pela Associação Ferreira de Castro, que tenha tido o apoio da Câmara Municipal de Manteigas, contudo ia averiguar a situação. No que diz respeito à fuga de água citada pelo Senhor Vereador José Cardoso, na última reunião de Câmara, esclareceu que os funcionários do Município se deslocaram ao local logo no dia seguinte. Segundo o que teve conhecimento a rotura é da responsabilidade de um privado e não da Câmara, dado que a mesma acontece depois do contador. Como tal, o titular do contrato já foi notificado no sentido de resolver o problema. -----

Em relação ao Ribeiro da Vila, elucidou que a Câmara fez o pagamento de cento e cinco mil euros (105.000,00€) e tem mais um pagamento para fazer. Recordou que trouxe a reunião de Câmara, a informação relativa ao atraso da obra e a um pedido de adiantamento que foi solicitado à Câmara, sendo que para o efeito o Município agiu de acordo com a lei, tendo exigido um depósito de caução ou a garantia bancária. Como não foi apresentado nenhum desses documentos, não houve lugar ao pagamento adiantado. Atualmente, foram feitos autos de medição, que foram sancionados pela fiscalização, e o Município já procedeu ao pagamento desses autos de medição, embora a despesa não esteja ainda totalmente liquidada. Acrescentou ainda, que o prazo de execução da obra terminou há um ano, ainda no mandato anterior. Reiterou o esclarecimento que já tinha prestado numa anterior reunião de Câmara, que não se



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 315 -

pode encerrar a obra antes de o contrato de financiamento estar assinado. A candidatura está feita, está garantido o financiamento, mas está dependente de uma reprogramação da CIM. Deu nota que em todas as reuniões da CIM, onde tem estado presente, tem reclamado desta situação, porque Manteigas tem um projeto, que está quase executado na totalidade, a maior parte do volume financeiro está pago e não tem contrato de financiamento, porque enquanto a reprogramação da CIM não estiver aprovada, o Município de Manteigas não consegue encerrar a obra, pois caso contrário perde o financiamento. -----

A própria Dra. Isabel Damasceno, que é a gestora do programa, esteve no mês passado numa reunião da CIM e falou do caso da Câmara Municipal de Manteigas, alertando a CIM para acelerar este processo de reprogramação, porque embora a CIM esteja bastante adiantada naquilo que é a execução financeira de alguns projetos, neste caso em particular está atrasada e o concelho de Manteigas é o único concelho que está prejudicado. Declarou que não é por vontade do Executivo que a obra ainda está em curso, quando já devia estar terminada há mais de um ano, e o Município já devia estar a exigir ao empreiteiro contrapartidas por não estar a respeitar os prazos, contudo a Câmara está limitada pelas razões já explanadas. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou quem é a entidade que está a fazer a fiscalização da obra. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que afinal não é a Câmara que está a fazer essa fiscalização, mas um gabinete privado. Na altura quando referiu que seria a Câmara a fazer essa fiscalização, ainda não tinha tido contacto com nenhum auto de medição, nem nenhuma atividade da fiscalização, logo, só no momento em teve acesso ao auto de medição é que teve conhecimento que a fiscalização da obra é feita por um gabinete privado. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia interpelou se esse gabinete tem dado parecer favorável aos autos de medição, como cumpre. -----

----- O Senhor Presidente confirmou que tem de ser dado esse parecer favorável. Mencionou que o projeto tem tido alguns reparos, tendo alguns já sido expostos por Municípes numa reunião do Órgão Executivo, sendo que tem referido que o projeto foi feito e está a ser fiscalizado por técnicos. Evidentemente que esses reparos não “caem em saco roto”, tem tido o cuidado de acompanhar a obra e já esteve no local com o Senhor Engenheiro João Gabriel. Explanou que algumas observações que foram feitas eram pertinentes, contudo outras nem tanto. A título de exemplo, referiu que foi avocado que a madeira não tinha tratamento prévio, contudo verificou que tinha; foi apontado que havia algumas disparidades entre o corrimão e o pilar. O Senhor Presidente admitiu ser verdade, contudo essas disparidades podem ser corrigidas com a plaina, há pequenos pormenores que é preciso corrigir em obra; há uma grande contestação em relação ao espaço que medeia entre o solo e o corrimão, em que foi avocado



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que qualquer criança pode cair naquele local, contudo o que estava previsto em obra era colocar um cabo de aço e foi assim que foi feito. Portanto não houve qualquer alteração ao projeto; mais, é dito que os espaços continuam a ser demasiado largos e pode cair uma criança, sendo algo que se tenta sempre evitar a todo o custo. Chamou à atenção que, por exemplo, na zona ribeirinha em Belém existe um paredão que tem apenas um pequeno muro no pavimento, com cerca de cinquenta centímetros, e do outro lado está o rio. Acidentes podem acontecer em qualquer lado e tenta-se evitar isso ao máximo, mas não se vai alterar o projeto, porque de facto existe ali uma proteção. -----

Declarou que nunca lhe chegaram queixas relativamente a pormenores técnicos, são meramente curiosidades e considerações das pessoas, reflexos dos seus pensamentos e das suas vontades pessoais, das suas orientações em termos estéticos. A título de curiosidade, referiu que já lhe chegaram imagens das pontes iluminadas, por exemplo do Tamisa, com iluminação vermelha e verde, e que as pessoas consideram que também devia ser colocada nas pontes do Ribeiro da Vila. Declarou que não faz sentido nenhum, porque tudo está perfeitamente enquadrado. -----

No que diz respeito ao parecer do ROC, o Senhor Presidente indicou que ia entregar ao Senhor Vereador José Cardoso as alterações orçamentais que foram assinadas por este e que também foram feitas desta forma, sendo que não tiveram este parecer prévio nem uma nota justificativa.

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso disse que gostaria de ter acesso a essas alterações orçamentais, porque não se recorda das mesmas. Mais, declarou que assinaria a alteração orçamental, em causa, se fosse entregue a nota justificativa da mesma. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no uso da palavra, fez menção que se a lei, na alínea e) do ponto 3.1 do POCAL, impõe a necessidade da elaboração da nota justificativa, a mesma deve ser redigida. -----

----- O Senhor Presidente elucidou que isso é uma opinião do ROC, a lei não impõe isso, sendo que há outras opiniões técnicas que referem que o POCAL está ultrapassado por legislação posterior, que se sobrepõe ao POCAL. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no que diz respeito ao Centro de Energia Viva, referiu que o financiamento está contratado, como tal interpelou sobre o ponto de situação relativamente às reuniões com os parceiros da Câmara neste projeto. -----

----- O Senhor Presidente deu conhecimento que as reuniões com os parceiros esmoreceram um pouco, naquilo que é a intensidade das reuniões e o trabalho que tem estado a ser feito, porque havia uma retração. É verdade que a Universidade é importante para trabalhar projetos deste tipo, mas o conhecimento científico e a forma de trabalho na área do ensino superior, às vezes não se compatibiliza com a forma de trabalho nas Câmaras Municipais, em diversos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

aspectos. Informou que os programas de concursos e os cadernos de encargos, que vinham mais ou menos viabilizados, ainda se baseavam em legislações anteriores e teve de ser tudo revisto. Neste momento, o processo está na fase de realização do concurso para aquisição de equipamento informático, de mobiliário, da parede de escalada, sendo que acreditava que até ao final do corrente ano ainda existiria validação financeira. Explanou que estão a tentar recuperar algum tempo que se perdeu no impasse da UBI. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considerou ser imperioso que tal se concretizar, dado que no Orçamento estavam cem mil euros (100.000,00€) para este ano. A execução de capital, no final do mês passado, estava em 16%, tendo afirmado que nunca viu uma execução tão baixa. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que a Câmara tem conhecimento do motivo e da justificação plausível para isso estar a acontecer, sendo que aquilo que foi agora explanado é uma das razões para tal se verificar. Esclareceu que não há execução no projeto do Combate ao Insucesso Escolar, a CIM faz depender tudo de equipas multidisciplinares, com um projeto a criar pela UBI e pelo Instituto Politécnico da Guarda. tendo decidido há cerca de quinze dias que serão as Câmaras Municipais a gerir os processos. Declarou que quando se trataram de matérias onde há muita gente a discutir, não sai nada em concreto. -----

No que concerne à sala sensorial trata-se de despesa de capital. Há uma candidatura que o Município pode reclamar, que é o Passeio do Zêzere, foi reprovada e neste momento está apresentada a reclamação. No Plano de Atividades e Orçamento esta candidatura será apenas sinalizada, porque desconhece-se se será aprovada, será sinalizada financeiramente e se houver evolução, será feita uma alteração orçamental para contemplá-la com maior volume financeiro, mas não é fácil. A candidatura do Parque Ambiental da Fábrica do Rio tem estado pendente dos pareceres, que têm sido sistematicamente negativos. Por esse motivo, há cerca de um mês e meio atrás foi retirado uma componente do projeto, a plataforma por cima do rio, porque tem estado a "bater na parede" constantemente, com pareceres negativos, logo não pode ser apreciada. Declarou que a Câmara tem tentado ultrapassar essas situações, mas os processos não têm tido evolução. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas solicitou a palavra, referiu que relativamente aos subsídios que já foram aprovados pelo Órgão Executivo há um mês, os mesmos ainda não foram pagos, como tal gostaria de saber se há algum problema, ou alguma razão para isto ainda não ter acontecido. Uma segunda questão que levantou prende-se com a aquisição de um palco desmontável pela Câmara, tendo interrogado sobre o custo e o procedimento de aquisição. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente explicou que os subsídios que foram aprovados, estão processados e devem ser remetidos, nos próximos dias, para a Tesouraria, trata-se apenas de uma questão de trabalho interno. O palco foi adquirido num procedimento de ajuste direto simplificado. O valor foi de quatro mil euros (4.000,00€) mais IVA. Informou que o Município tinha uma proposta de aluguer que podia ir até aos seis mil euros (6.000,00€), tendo-se conseguido adquirir um palco por um valor mais baixo do que a proposta de aluguer. Explanou que foram feitas as contas, tendo-se percebido, que cada vez que é necessário montar um palco no pavilhão polidesportivo, andam duas equipas de pessoal da Câmara, durante duas semanas, a aplicar madeiras, que depois saem desse local e nunca mais voltam a ser aplicadas. Além de que, sempre que é necessário montar o palco para as associações que o solicitam, são as equipas da Câmara que dependem mais uma semana, é madeira que nunca mais é utilizada para o mesmo fim e é um constante gasto de verbas. Portanto, é custo com madeiras e com os funcionários. Face ao exposto, disse que fazendo as contas entre o aluguer e a compra, considerou-se que há vantagens na aquisição do palco, até porque o mesmo é modelar. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso aludiu que no mandato anterior foi atribuído um apoio às Associações que necessitavam de montar palcos, no âmbito das suas atividades, com o objetivo de serem estas a adquirirem o material necessário para o efeito, ficando a montagem do palco à responsabilidade dessas entidades, tendo as mesmas concordado e recebido tal apoio. Portanto, a Câmara apenas tinha a responsabilidade de montagem dos palcos que diziam respeito a eventos promovidos pela própria. -----

----- Ordem do Dia. -----

Deliberação sobre a cedência e localização de gabinetes para os Vereadores, no edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, referiu que este pedido foi formulado pelo Senhor Vereador Francisco Elvas, como tal questionou se o Senhor Vereador pretendia fazer alguma proposta, ou se esperava que fosse o Executivo em funções a formular uma proposta. ---

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas respondeu que, caso o Senhor Presidente tivesse alguma proposta para fazer sobre esta matéria, estava disponível para ouvir a mesma. -----

----- O Senhor Presidente explanou que, na altura, quando este tema foi discutido, percebeu-se, claramente, que há constrangimentos relativamente aos espaços que estão ocupados no edifício da Câmara, sendo que é extremamente complicado mudar serviços, que são solicitados todos os dias, quer pelo Executivo, quer pelas duas chefias de Divisão, para outro edifício do Município. Recordou que na altura os Senhores Vereadores da oposição solicitaram dois gabinetes, posteriormente o Senhor Vereador Francisco Elvas referiu que não haveria nenhum



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 319 -

incómodo, se fosse apenas disponibilizado um gabinete para os Vereadores das duas forças partidárias, que depois geririam o espaço com os horários que entendessem. Indicou que atendendo a esse facto, foi disponibilizado o único espaço que estava desocupado, situado no Arquivo Municipal. Posteriormente, em conversa com o Senhor Vereador Francisco Elvas foi-lhe comunicado que seria desocupado mais um gabinete, para que cada força partidária ficasse com uma sala, sendo que o Senhor Vereador Francisco Elvas não concordou, e continuou a defender que o gabinete deveria estar situado no edifício da Câmara. -----

O Senhor Presidente declarou que não é isto que interfere no desenvolvimento do concelho de Manteigas. É verdade que é um direito dos Senhores Vereadores terem um gabinete, terem acesso a todo o equipamento de apoio, mas não é isso que interfere com os destinos de Manteigas e com o desenvolvimento do concelho. No seu entendimento, por vezes é mais um capricho, porque na prática vê-se a utilização dos espaços. Se não é capricho, será porventura uma forma de desgaste e de pressão. Declarou que ia colocar um fim a esta questão e ia ceder à primeira vontade expressa pelo Senhor Vereador Francisco Elvas. Indicou que há uma sala no edifício do Município que tem duas portas e como tal será dividida, para dar lugar a dois gabinetes, passando os Senhores Vereadores a ter um gabinete no edifício da Câmara, para cada uma das forças partidárias representadas no Executivo. Afirmou ser esta a sua proposta, sendo que para o efeito terá que mudar funcionários, e terá de se ter em conta os constrangimentos que isto pode trazer ao funcionamento da Câmara, porque há setores que têm de funcionar de forma um pouco mais isolada, pois são específicos e têm as suas próprias particularidades. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas questionou se não é um capricho do Senhor Presidente ter dois gabinetes vagos e não os ocupar. Considerou que o capricho não é seu, mas foi do Senhor Presidente durante um ano. No que concerne ao tempo de utilização desses gabinetes, cada um dos Senhores Vereadores saberá o trabalho que desenvolverá nos mesmos e, certamente, que se os gabinetes forem localizados no edifício da Câmara, terão uma ocupação muito mais perene, muito mais consentânea, com horários mais alargados. -----

----- A Senhora Vice-Presidente solicitou a palavra, declarou que o que em seguida se passa a citar: *“De facto é mesmo um capricho, porque se o Senhor Vereador quisesse um gabinete aqui ao lado, o Senhor tinha aceite pelouros quando lhe foi proposto e o Senhor não aceitou pelouros, porque, inclusivamente, consta-se na vila de Manteigas, que não estava para trabalhar para o Senhor Esmeraldo, nem para Célia.*

Eu não preciso que trabalhe para mim, o Senhor se tivesse aceite os pelouros era para trabalhar em função do desenvolvimento da sua terra. Eu não percebo que o Senhor só para receber os municípios, para ler os papeis e as atas tem de ter um gabinete colado ao meu, ou ao do Senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Presidente. Pois, acho mesmo que isso é um capricho e uma embirração da sua parte. Porque não vejo que tenha um trabalho tão ativo, tão em prol do desenvolvimento de Manteigas, que necessite de ter um gabinete colado a nós, a não ser que queira aprender a trabalhar, a falar e a atender as pessoas como nós fazemos. Se for assim, acho que o assunto está resolvido e pode ter um gabinete para aprender a trabalhar connosco, caso contrário é mesmo um capricho. E eu oponho-me totalmente que o Senhor venha para aqui colado a trabalhar ao pé de mim. Porque se o Senhor diz que não trabalha, porque está a trabalhar para mim, então para mim o Senhor não trabalha, nem nunca trabalhou. O Senhor trabalha para a sua terra e para o desenvolvimento da sua terra e é isso que os cinco elementos deviam ter feito. Deviam ter-se unido, em vez de andarem com estas politiquices, porque o Senhor é a prova provada da voz dos seus opositores. Quando o PSD diz uma coisa, o Senhor Vereador ouve e repete imediatamente o mesmo. O Senhor não tem pensar. Por isso, oponho-me que o Senhor esteja a trabalhar comigo, aqui colado a mim. Porque eu trabalho, sei trabalhar e ensino a trabalhar a quem eu quero. E eu não sendo nascida em Manteigas, tanto posso trabalhar consigo, trabalho com o PSD, com a CDU, trabalho com toda a gente, porque o que me interessa é o desenvolvimento do concelho de Manteigas. E se eu estivesse no seu lugar tinha vergonha na cara de estar a pedir um gabinete aqui ao lado. Porque não lhe interessa, não tem que fazer Planos, só tem que ler as atas, e ver os documentos, por isso o gabinete que tem chega-lhe perfeitamente. Por isso, é mesmo um capricho seu!” (fim de citação) -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no uso da palavra, referiu que a atroada de argumentos da Senhora Vice-Presidente, é tão grande e despropositada, que nem vale a pena comentá-los. Disse que ao longo da vida trabalhou com muita gente e com todos aprendeu, contudo com a Senhora Vice-Presidente estava certo de que nada haveria a aprender. Lamentou, mas não se espanta, que a Senhora Vice-Presidente não consiga perceber que a posição da UMM é independente das outras forças políticas e que só tem em vista os interesses de Manteigas e dos Manteiguenses. -----

----- A Senhora Vice-Presidente, no uso da palavra, respondeu o que em seguida se passa a citar: “e também não quero conseguir ver, porque o Senhor julgou que um dia haveria de ser alguém em Manteigas, só que teve sucesso em 2017 e conforme o Senhor já percebeu esse sucesso está a ir todo por água abaixo, pelo Rio Zêzere abaixo.” (fim de citação). -----

----- O Senhor Presidente expôs que a Senhora Vice-Presidente tem direito a ter a sua opinião. Explanou que por vezes os assuntos são de tal forma desgastantes (e percebe-se até nas entrelinhas que a intenção pode ser essa) que levam, por vezes, a intervenções um pouco mais exacerbadas. No que concerne as salas desocupadas e ao *timing* da nomeação do Gabinete de Apoio ao Executivo, isso é algo que cabe ao Presidente da Câmara e, naturalmente que, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 321 -

Gabinete de Apoio terá que estar próximo do gabinete do Presidente da Câmara e do gabinete da Senhora Vice-Presidente. Referiu que a questão em análise neste ponto da Ordem de Trabalhos será sanada, a sua proposta já foi apresentada e vai de encontro a uma proposta que o Senhor Vereador Francisco Elvas fez em tempos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, sublinhou que o debate desta matéria atingiu níveis tais que não podia ficar calado. Declarou que os termos utilizados não são próprios de um Órgão Executivo. Cada um tem o direito de expor a sua opinião, contudo fazer juízos de valor relativamente a processos, procedimentos e análise de carácter de pessoas, no seu ponto de vista, ultrapassa tudo. No que diz respeito à estratégia de desgaste, avocada pelo Senhor Presidente, recordou que já tinha frisado numa anterior reunião de Câmara, que não há qualquer estratégia de desgaste, tal como pode ser comprovado através da postura que a oposição tem adotado ao longo das reuniões. Aludiu que já há cerca de dois ou três meses atrás tinha solicitado ao Senhor Presidente, que indicasse qual é a estratégia de desgaste que supostamente estaria a ser executada, para que ele próprio, caso estivesse inconscientemente a fazer isso, poder corrigir essa atitude. -----

Frisou que não há da sua parte nenhuma estratégia de desgaste. Chamou à atenção para um facto que tem de se ter em conta: os dois Vereadores do PSD e o Vereador da UMM representam 60% da população. Nesse sentido, é legítimo que cada um dos Vereadores do Executivo faça as propostas que considere adequadas, podem estas serem ou não aceites, mas isso não é uma ação de desgaste. Afirmou que, a sua postura no Executivo não é de um inimigo, é um adversário político, mas dentro daquilo que são as baias naturais de uma boa-educação, do civismo, sem tecer juízos de valor das pessoas, sendo isso algo que não admite. -----

Na sua opinião, é legítimo que a oposição, que representa 60% dos eleitores do concelho, tenham uma sala com mesma dignidade que tem o Executivo em funções, porque 60% do atendimento pode vir desses eleitores. E sendo legítimo, não é de maneira nenhuma uma estratégia de desgaste. Explanou que nunca fez grande questão sobre essa matéria, embora entenda que pessoas com um perfil diferente em relação aos seus eleitores, queiram ter um lugar igual, com a mesma dignidade, porque são Vereadores como os outros e têm legitimidade de ter um gabinete para o atendimento, têm de ter a logística e o pessoal de apoio que for necessário e conveniente. E tudo isto deve ser solicitado e cedido pela via do diálogo. Diálogo esse que tem vindo a ser feito e não criar desgaste algum ao Executivo. -----

Considerou benéfica a atitude adotada pelo Senhor Presidente relativamente à matéria em apreço. Solicitou a todo o Executivo que não faça desgaste, que as opiniões sejam expostas com a maior seriedade e sobriedade, sem atacar ninguém. Referiu que a Senhora Vice-Presidente, se exacerbou um bocadinho na sua explanação. Tendo-lhe solicitado, que na



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

próxima vez, não faça juízos de valor como fez em relação ao Senhor Vereador Francisco Elvas. Mais disse que a repetir-se situação análoga abandonará a reunião. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que quando fala na questão do desgaste, é porque há questões que, no seu ponto de vista, não são tão importantes como outras que o Órgão Executivo tem de discutir, em prol do desenvolvimento do concelho. Recordou que nem ele próprio, nem o Senhor Vereador José Biscaia, tinham exigido um gabinete num determinado local. Explicou que nunca exigiu isso, porque entendeu que tal não era essencial para o desenvolvimento do concelho. Alertou que o gabinete para os Senhores Vereadores ainda não estará pronto até à próxima reunião de Câmara, porque tem de se materializar as alterações necessárias nesse gabinete. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas alertou que a obra para dividir o gabinete em duas salas, poderá ser feito através de uma divisória simples, leve e que não estrague quer o pavimento, quer os tetos, quer as paredes. Ou seja, é desnecessário fazer paredes de alvenaria ou de pladur. -----

Deliberação sobre o aumento do subsídio anual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas. -----

----- Foi presente, para deliberação, o aumento do subsídio anual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente deu nota que este assunto já veio a reunião de Câmara e só é novamente submetido à deliberação do Órgão Executivo, porque tem de se responder ao requerimento da Associação supracitada. O subsídio está aprovado no Plano de Atividades e Orçamento, a verba está consignada a essa Associação e por isso mesmo, esta entidade vem reclamar esse subsídio. Essa verba foi inscrita com mais cinco mil euros (5.000,00€) do que estava nos anos anteriores, estando inscrita no Plano de Atividades e Orçamento. Se for deliberado conceder-se esse subsídio, é necessário alterar o protocolo e pagar na íntegra o subsídio, caso se decida não atribuir o apoio, então a verba terá de ser retirada do Orçamento. --

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso aludiu que se trata apenas de um formalismo. A partir do momento em que esta Associação apresente as contas, é feita a atribuição de subsídio. Referiu que no requerimento que o Senhor Presidente dos Bombeiros Voluntários de Manteigas faz à Câmara, é mencionado que deve ser feita a revisão ao Protocolo e não uma adenda. -----

Explanou que, independentemente da atribuição de subsídio, há dois anos atrás fez as contas dos Bombeiros e verificou algumas situações que, no seu ponto de vista, são estranhas. Tendo expressado junto da Direção dos Bombeiros Voluntários de Manteigas, que não entendia o motivo de metade dos sócios não pagar as respetivas cotas, assim como não entendia que as



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

prestações de serviços que os Bombeiros fazem, no transporte de doentes, não sejam cobradas. Solicitou que lhe fossem disponibilizadas as contas desta Associação, uma vez que ouviu dizer que o Estado devia quase dois milhões de euros (2.000.000,00€), no Distrito da Guarda, aos Bombeiros, sendo que há atrasos nos pagamentos, portanto queria entender se isto se trata de uma necessidade permanente dos Bombeiros. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que ao alterarem-se os valores do Protocolo tem que se ser feito um novo documento. Mais informou, que ia ceder as contas do Bombeiros ao Senhor Vereador José Cardoso, porque é um direito conferido aos membros da Câmara. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, fazer um novo protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas, no seguimento do aumento do subsídio anual. -----

Deliberação sobre a informação nº 2923/Proc. 2018/850.10.002/151, de 27-09-2018, referente à concessão de apoios financeiros no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Pessoas Coletivas e/ou Singulares com Atuação Recreativa, Cultural, Desportiva, Social ou de outra Natureza – audiência prévia. -----

----- Foi presente para deliberação a informação nº 2923/Proc. 2018/850.10.002/151, de 27-09-2018, referente à concessão de apoios financeiros no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Pessoas Coletivas e/ou Singulares com Atuação Recreativa, Cultural, Desportiva, Social ou de outra Natureza – audiência prévia. -----

----- O Senhor Presidente fez uma breve explanação sobre esta matéria. Recordou que houve três associações, a ATIVA, a Liga dos Combatentes e o Grupo Coral de Manteigas, que reclamaram da decisão tomada pela Câmara, de não conceder o apoio financeiro no âmbito do Regulamento supracitado, por motivo de não terem apresentado as Contas no prazo regulamentar. Deu nota que essas entidades foram notificadas e no âmbito da audiência prévia, remeteram as respetivas reclamações à Câmara, tendo as mesmas seguido para a Comissão de análise. Esta Comissão fez uma análise face ao Regulamento e reitera que a data limite é a que esta regulamentada. Fez alusão que, já numa anterior reunião de Câmara, tinha referido que no mandato anterior foi tomada a decisão de respeitar os prazos, sendo que também já houve observações sobre o incumprimento dos prazos com atraso de quinze dias e o incumprimento dos prazos com atraso de meses, protelados até dezembro. Declarou que a Comissão não decide, apenas emite um parecer face ao Regulamento, sendo este último rígido. -----

Em seguida fez uma análise das reclamações apresentadas pelas entidades supracitadas, tendo concluído que os dias que medeiam entre o limite do prazo e a data em que os documentos foram apresentados, é a justificação que, no seu ponto de vista, poderá estar em causa e que pode colidir com a decisão que foi tomada pelo Órgão Executivo. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A ATIVA, na sua reclamação, expõe que. *“A associação elegeu novos órgãos sociais em abril de 2018, pelo que o plano anual de atividades demorou mais tempo do que o previsto para ser aprovado; a associação empregou um funcionário sem qualquer apoio e apagou as contas relativas aos consumos de água, eletricidade e internet do Centro Artes e Ofícios.”* (...) O Senhor Presidente referiu que o último argumento apresentado pela ATIVA não é justificação, o que pode ser justificação é que a Associação elegeu os novos órgãos sociais em abril, e entre essa data e o prazo exigido no Regulamento, pode contender com os interesses da ATIVA e também com o pedido que a Câmara lhe fez de cumprimento do Regulamento. -----

A Liga dos Combatentes refere: *“As contas são enviadas para a Liga central, para serem conferidas e aprovadas, tendo existido um atraso na devolução das contas por parte da Liga Central.”* Deu conhecimento que o Presidente desta Associação reuniu consigo, tendo-lhe sugerido que no próximo ano, quando essa Associação apresentar as contas à Liga Central (que é quem as ratifica), que as submeta logo para a Câmara, pois nessa data as mesmas já estarão aprovadas pela Assembleia Geral dessa Associação e como tal, a Câmara irá apreciá-las -----

O Grupo Coral de Manteigas expôs, na sua missiva, que: *“O Presidente da Mesa da Assembleia não se encontrava em Manteigas para poder assinar os documentos.”* O Senhor Presidente considerou que, no seu ponto de vista, isto não é justificação plausível. Declarou que não podem ter um peso e duas medidas, contudo não lhe causava qualquer engulho, que face à argumentação apresentada e aos motivos pelos quais estas entidades não cumpriram o prazo regulamentado, não se possa voltar a atrás em relação ao que foi dito no ano transato sobre esta matéria. Dado que as situações não são exatamente iguais ao ano passado, o limite de prazo não é igual. No ano transato foram feitas duas ou três notificações durante todo o tempo de incumprimento, e no ano em curso estas associações não tiveram nenhum alerta da Câmara, até à apresentação das Contas. Face ao exposto, considerou que não via qualquer constrangimento, em a Câmara revogar a decisão tomada em sede de audiência prévia (de negar a atribuição de subsídio a estas associações) e atribuir o apoio solicitado no âmbito do Regulamento mencionado em epígrafe. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, recordou que já tinha manifestado a sua opinião em relação a esta matéria, sendo distinta da opinião emitida, na altura, pelos restantes membros do Executivo. Referiu que se está a falar de associações e tal como já foi dito, nesta reunião, à apetente Presidente do Rancho Folclórico, há situações que não estão regularizadas e que é necessário regularizar. No seu ponto de vista, tudo tem um prazo e um período, sendo que possivelmente a data de quinze de maio, é uma altura em que todas as entidades apresentam Contas, como tal o prazo podia ser alterado, por exemplo, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

quinze de junho, dado que a Câmara também só costuma pagar esses apoios a partir de setembro/outubro. -----

Face ao exposto, propôs que se equacione a hipótese de alterar no Regulamento a data de apresentação das Contas. A Comissão, com todo o respeito que merece, acha que os argumentos que foram apresentados são fracos e não são consideráveis para efeitos de atribuição de subsídio. Reiterou que não tem essa perspetiva radical, na medida em que estão a falar de entidades que merecem a maior consideração e tem alguma reminiscência histórica/cultural e até etnográfica, na constituição social do concelho. Chamou à atenção para o facto de que as pessoas não estavam habituadas a cumprir os Regulamentos, e por isso mesmo foi feito todo um trabalho junto das associações, no sentido terem mais rigor no cumprimento dos Regulamentos, tanto que no em curso, apenas três entidades apresentaram os documentos fora do prazo regulamentado, o que significa que as restantes associações estão a cumprir com o exposto no Regulamento. Assim sendo, considerou que este ano dever-se-ia conceder este apoio, deixando o alerta que se para o próximo ano alguma entidade entregar os documentos fora do prazo estabelecido, se alguém não cumprir nem que seja por um dia, fica imediatamente excluído. -----

-----A Câmara deliberou remeter as candidaturas supracitadas à Comissão de Análise para pontuação das mesmas, indicação dos valores, com vista à decisão do Executivo na próxima reunião de Câmara. -----

Apreciação da ata nº 1/2018, lavrada no âmbito do projeto "Bolsa de Ideias. -----

----- Foi presente, para apreciação, ata nº 1/2018, lavrada no âmbito do projeto "Bolsa de Ideias. -----

----- O Senhor Presidente referiu que no agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos surgiu a dúvida se esta ata seria para apreciar ou deliberar pelo Órgão Executivo. Questionou a Senhora Dra. Gabriela Cravinho, sobre a competência do Órgão Executivo nesta matéria e se cabe à Comissão decidir sobre as ideias apresentadas. -----

----- A Senhora Dra. Gabriela Cravinho explanou que nas Normas da Bolsa de Ideias, no artigo 8.º, n.º 1, referente ao processo de avaliação, é referido: "*as propostas serão alvo de uma análise prévia por parte da Comissão de Análise e Reflexão para verificação das condições elegibilidade da ideia apresentada, enquadramento de objetivos e nas áreas de intervenção definidas pela Câmara e originalidade.*" No artigo 9.º, n.º 3, do documento supramencionado, é avocado: "*A Comissão de análise e de seleção reserva-se o direito de não atribuir qualquer prémio caso considere que as candidaturas não satisfazem os critérios enunciados*". Explanou que deste artigo entende que a Comissão de análise da Bolsa de Ideias é que atribui os prémios,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sendo que não encontra nenhuma outra disposição, nesta norma, que refira qualquer necessidade de submissão ou apreciação do Órgão Executivo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, referiu que a Comissão propõe a atribuição de prémios, mas não decide porque não pode interferir no Orçamento Municipal. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas afirmou que esse é entendimento geral, tanto mais que este assunto veio a reunião de Câmara para análise. Explanou que no seu entendimento estas normas de funcionamento têm exclusivamente a ver com a Comissão da Bolsa de Ideias e a partir daí cabe à Câmara deliberar. -----

----- O Senhor Presidente aludiu que achava estranho essa competência ser da Comissão da Bolsa de Ideias, porque esta não delibera, apenas propõe. Concluiu que, podem as normas da Bolsa de Ideias terem alguma deficiência. Fez uma apreciação da ata supracitada, tendo referido que foram apresentadas cinco propostas, que são designadas na ata de “registo”, depois foi feita a análise com base nas normas de funcionamento da Bolsa de Ideias, a tabela de pontuação (de 1 a 5 valores), que foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente fez menção aos cinco registos, tendo solicitado alguns esclarecimentos. No registo 1 - Projeto de aproveitamento de resíduos florestais, questionou sobre o que se trata. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas esclareceu que se trata de uma unidade de produção de pellets. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso acrescentou que, trata-se da a biomassa florestal primária, sendo que o projeto tem empreitada de estilha, criação de um parque de resíduos de estilha, colectores de biomassa, isto implicava um parque de recolha de biomassa. -----

----- O Senhor Presidente alertou que as centrais de biomassa e a recolha de biomassa, foi regulamentada pelo Governo após os incêndios do ano transato, assim como a recolha de material para a produção de estilha para as centrais de biomassa. Nesta proposta foi deliberado, por unanimidade, que esta ideia devia de ser integrada no lote 1 – área empresarial económica.

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia elucidou que a Comissão da Bolsa de Ideias considerou que esta ideia era boa, mas era inexecutável. -----

----- O Senhor Presidente, dando continuidade à sua explanação, referiu que o registo 2, Intervenção do Social na Saúde Mental, a Comissão da Bolsa de Ideias deliberou, por unanimidade, que não tem enquadramento no âmbito em análise. No registo 3 – Rocódromo no Pavilhão do Centro Cívico, foi deliberado, por unanimidade, recomendar ao Executivo da Câmara, a concretização efetiva no ano de 2019. Questionou do que se trata este rocódromo. ---



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso esclareceu que o registo 2 prendia-se apenas a realização de um seminário, tendo os mentores dessa ideia sido notificados que a Câmara apoiava todas as despesas da organização do seminário e cedia as instalações. Portanto, tal não tinha cabimento no Concurso de Ideias. O registo 3, trata-se de uma parede de escalada, a instalar num local coberto, num pavilhão, aproveitavam uma parede que esteja danificada. Alertou que a deliberação deste registo foi no sentido de ser feita apenas uma recomendação à Câmara. -----

----- O Senhor Presidente explicou que a Câmara vai ter uma parede de escalada na Fábrica do Rio. Por outro lado, já existe uma rúbrica orçamental, e foi feita uma candidatura para requalificação do pavilhão, onde esta ideia pode ser incluída, embora se vá duplicar o investimento. Apenas chamou à atenção que esta proposta não veio com orçamento. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso explanou que a parede de escalada na Fábrica do Rio é ao ar livre, esta parede de escalada no pavilhão, tinha por objetivo ser utilizada pelas escolas, que utilizam esse espaço para as aulas de Educação Física. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no uso da palavra, esclareceu que a Comissão da Bolsa de Ideias analisou a duplicação do equipamento, contudo considerou que se devia investir, porque a parede de escalada no pavilhão será coberta, permitindo acrescentar mais uma prática de desporto, às diversas atividades que a nossa juventude tem nas escolas, sendo o pavilhão um local mais central, que permite uma utilização mais prática. Por outro lado, o investimento não é nada extraordinário, porque o que é mais dispendioso é a construção da parede e essa estrutura já existe. -----

----- O Senhor Presidente deu continuidade à sua explanação, fez alusão ao registo 4 - Duetlo de Manteigas. Na ata referida em epígrafe é citado: *"foi deliberado por unanimidade, recomendar ao Executivo da Câmara, que faça o desafio/sugestão às associações desportivas de Manteigas para implementar esta prática."* O Senhor Presidente anuiu que o Executivo irá sensibilizar as associações para esta prática desportiva. Por último, fez alusão ao registo 5 – Bolsa de Património Disponível, tendo sido deliberado pela referida Comissão a exclusão desta proposta por ter entrado fora do prazo informado no concurso. Disse que, consta ainda da ata supracitada: *"Foi deliberado por unanimidade que devem ser pagos os seguintes prémios: Registo 1 – Aproveitamento de Resíduos Florestais – Prémio de 100,00€ (cem euros); Registo 3 – Rocódromo no Pavilhão do Centro Cívico – Prémio de 1.000,00€ (mil euros)."* -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada pela Comissão da Bolsa de Ideias e diligenciar no sentido de a mesma ser cumprida. -----

Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas de utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Manteigas formulado pela AFACIDASE. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Foi presente, para deliberação, o pedido de isenção de taxas referentes à utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Manteigas, formulado pela AFACIDASE. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de taxas, conforme requerido. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas de utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Manteigas formulado pelo Grupo Desportivo de Sameiro. -----

----- Foi presente, para deliberação, o pedido de isenção de taxas referentes à utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Manteigas, formulado pelo Grupo Desportivo de Sameiro. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de taxas, conforme requerido. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre a aprovação do projeto de arquitetura, conforme proposto na informação nº 4874/Proc. 11/2018, datada de 10-10-2018. -----

----- Foi presente, para apreciação e deliberação, a aprovação do projeto de arquitetura, referido no registo nº 4874, de 27-06-2018. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o referido projeto de arquitetura, conforme proposto na informação nº 4874/Proc. 11/2018, de 10-10-2018.

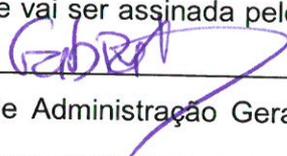
----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- O Senhor Presidente voltou a ligar para o técnico da EDP relativamente ao caso exposto pela Senhora Maria da Conceição Sabugueiro. Nesse telefonema, o referido técnico da EDP esclareceu que tinha ligado ao empreiteiro, tendo concluído que este último não lhe tinha dito a verdade. Mais indicou que o empreiteiro no dia seguinte, à data desta reunião, às 08 horas, estaria em Manteigas para montar o candeeiro. -----

Finanças Municipais. -----

----- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante seiscentos e dezasseis mil, trezentos e setenta euros e treze cêntimos (616.370,13€). -----

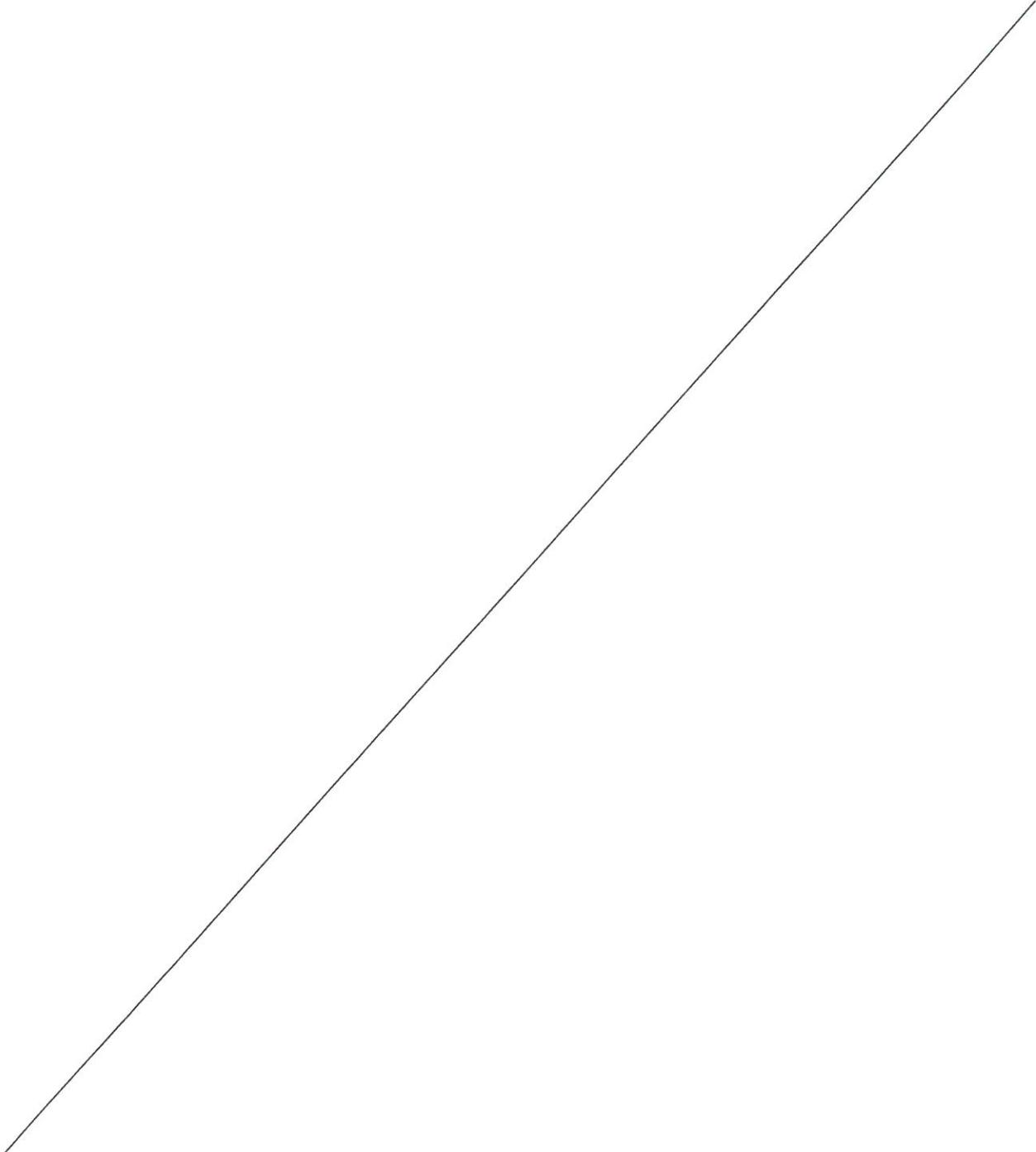
----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezoito horas e vinte minutos foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim 
Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signatures in black and blue ink on a set of five horizontal lines]





CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

